

Organizadores

José Augusto Chaves Guimarães
Vera Dodebei

Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural

Marília, São Paulo, Brasil

Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento
(ISKO-Brasil)

Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão
(FUNDEPE)

2015

O68o Organização do conhecimento e diversidade cultural [recurso eletrônico] / José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dodebei, organizadores. -- Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015.
835 f. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-98176-70-3

Livro digital

1. Organização do conhecimento. I. Título.

CDD 025.4

Comissão Científica

Vera Lúcia D. Louzada de Mattos Dodebei (UNIRIO)

Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima (UFMG)

Marisa Bräscher Basílio Medeiros (UFSC)

Maria Aparecida Moura (UFMG)

Fabio Assis Pinho (UFPE)

Editoração

Isadora Victorino Evangelista

Gilberto Gomes Cândido

Rafael Aparecido Moron Semidão

Rafael Cacciolari Dalessandro

Suellen Oliveira Milani

Capa e arte gráfica

Maíra Fernandes Alencar

© A reprodução deste livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.
Proibida a venda.

Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição



Natália Bolfarini Tognoli
Universidade Estadual Paulista
nataliatognoli@marilia.unesp.br



Thiago Henrique Bragato Barros
Universidade Federal do Pará
thiagobarros@ufpa.br

1 Introdução

A Classificação e a Descrição são atividades nucleares no processo de organização e representação de arquivos. Esse conhecimento pode ser entendido como todo conhecimento gerado a partir das atividades realizadas por pessoas físicas ou jurídicas e que resultam em informações orgânicas.

Na Arquivística, o princípio de respeito aos fundos – ou princípio da proveniência, desde a segunda metade do século XIX, é considerado o mais importante nos processos de organização e representação. Estabelecido em 1841, devido à necessidade do governo francês de solucionar os problemas de acumulação desordenada de documentos nos Arquivos Nacionais após a Revolução Francesa, o princípio estabelece que os documentos que são produzidos ou acumulados por uma pessoa ou instituição devem ser agrupados e mantidos juntos, gerando, assim, os chamados *fundos de arquivo*.

Para Duchein (1983, p. 64) “a definição mais simples de *respeito aos fundos* significa agrupar, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de todo tipo) criados e recebidos por uma administração, estabelecimento, pessoa ou corporação.

Neste sentido, compreende-se que os documentos reunidos em fundos e/ou coleções refletem o conhecimento produzido sobre uma pessoa ou instituição específica, atuando três principais atores neste contexto: (1) o criador (autor), que é a pessoa física ou jurídica responsável pela criação dos documentos; (2) o usuário, que irá utilizar o

documento para fins de prova, administrativa, legal, social, histórica e/ou científica, e (3) Os gestores, arquivistas, documentalistas, ou seja, os atores responsáveis de algum modo pela organização e socialização destas informações.

Portanto, acredita-se que seja possível compreender o trabalho de representação arquivística como uma forma de organização do conhecimento, ou seja, o arquivista e a Arquivística como área com relação interdisciplinar com a Organização do Conhecimento, definida por Hjørland (2008, p. 88) como “as atividades de descrição, indexação e classificação de documentos realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, e arquivos”.

Apresenta-se, aqui, os elementos históricos e conceituais do processo de representação, com foco nas atividades de classificação e descrição enquanto fundamentais para organização e acesso ao conhecimento gerado a partir das informações orgânicas. Para tanto, seguiremos aqui, a lógica da classificação enquanto a primeira atividade no processo de representação precedendo a descrição.

As atividades de descrição e classificação são, para os arquivos, o que são as atividades de classificação, catalogação e indexação para as bibliotecas, ou seja, a organização do conhecimento arquivístico em si.

Pretende-se com este percurso histórico-conceitual aproximar processos típicos dos arquivos à teoria desenvolvida no espaço teórico-conceitual da Organização do Conhecimento.

2 Classificação Arquivística: Elementos chave para a organização do conhecimento

A Classificação na realidade dos arquivos é considerada uma atividade limítrofe na medida em que constrói uma ponte entre as atividades de gestão e as atividades de acesso e preservação documental.

As atividades de classificação, assim com a descrição, foram as primeiras atividades a serem de algum modo conceituadas na teoria e prática arquivística, desenvolvida a partir do século XIX.

Os princípios básicos da proveniência e ordem original irão estabelecer-se desde o final do século XIX como fundamentais para a organização dos arquivos.

No início do século XX, a classificação dá um pequeno salto com as reconsiderações a respeito do tema publicadas por Hillary Jenkinson, em 1922. Para o autor, a classificação é dividida em duas partes "a primeira estuda a administração da instituição, sua história e organização; a segunda divide os arquivos em classes e suas subdivisões (JENKINSON, 1922, p. 81, tradução nossa)".

A classificação, enquanto teoria, desenvolve-se de maneira plena a partir da década de 1950-1960 com as publicações de Theodore R. Schellenberg, Oliver W. Holmes, Ernest Posner, Petter Scott, dentre outros arquivistas e pesquisadores dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos e da Austrália.

Ao mesmo tempo em que a disciplina avança de maneira profunda, a partir da década de 1950, ocorre uma ruptura que irá perpetuar-se ao longo das décadas até a atualidade.

Trata-se da separação de certas atividades e conceitos determinados pela fase em que os documentos se encontram.

Uma das instituições responsáveis por esse acontecimento é o Arquivo Nacional Americano, centralizado na figura de Theodore R. Schellenberg, que difundiu e popularizou seus métodos, separando a classificação como uma atividade típica de arquivos ativos o arranjo aos arquivos permanentes, dando início de uma ruptura sistemática na disciplina.

Observa-se que anteriormente não existia uma diferença entre essas funções, e o uso mais corrente era do termo arranjo para designar coisas que, para a arquivística americana, depois de década de 1950, são diferentes. Eastwood faz uma ponderação fundamental a respeito desse problema terminológico-conceitual:

A escolha da palavra "arranjo" como nome deste processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, em uma ordem conveniente, e como arranjar livros em uma prateleira. A palavra classificação não é mais satisfatória, neste caso denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na arquivística para o processo de organizar documentos ativos. (EASTWOOD, 2000, p. 93, tradução nossa)

A classificação por funções é hoje, ao mesmo tempo, o trunfo e o simulacro da arquivística, no sentido de que para alguns autores é por esse olhar que se define a atividade como, por exemplo, para Shepherd and Yeo (2003, tradução nossa):

"Esquemas de classificação são baseados na análise das funções, processos e atividades"

A classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos.

Assim, a classificação funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a representação do conhecimento arquivístico.

3 A Descrição Arquivística: elementos históricos e conceituais

A palavra descrição é originada do termo latino *descriptio*, originado do termo *describere*, que significa transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, colocar em classes, escrever sobre. Portanto, o termo descrição arquivística significa, literalmente, **escrever sobre o material arquivístico** e abarca as ideias de representação, identificação e organização.

Essa atividade de descrever sobre os documentos de arquivo esteve presente desde os tempos mais remotos, e seus objetivos mudaram com o passar do tempo.

Na Antiguidade, por exemplo, repertórios de documentos eram construídos em tábuas de argila, e serviam para impedir a consulta direta aos documentos e manter o conteúdo dos arquivos em caso de deslocamento repentino ou em caso de guerra ou fogo. Neste caso, o ato de descrever estava ligado à preservação dos registros.

Na Idade Média, inventários eram compilados com o objetivo de fornecer provas da existência de documentos; ou armazenar o material preservado para os sucessores custodiadores. Aqui, além de preservar os documentos, a descrição tinha um objetivo jurídico (pois fornecia prova da existência dos documentos) e administrativo, uma vez que possibilitava ao custodiador dos documentos manter o controle sobre os fundos e facilitar a recuperação da informação para fins de valor primário).

A necessidade de controle físico e administrativo foi sutilmente sentido, não apenas para efeito de uma recuperação efetiva e arranjo físico, mas também para garantir que os repositórios arquivísticos servissem sua função de “memória perpétua”. Memória perpétua é um conceito jurídico segundo o qual os documentos preservados em arquivos são provas autênticas e permanentes de ações passadas. Essa ideia governou todo o trabalho arquivístico até o século XVIII, e foi a principal razão para a preservação, assim como para a descrição do material arquivístico (DURANTI, 1993, p. 49).

Apesar de o ato de descrever documentos exista desde a Antiguidade, o termo “descrição arquivística” e sua junção à classificação, enquanto duas atividades integradas, datam do século XIX, fruto do movimento historiográfico e científico da época que passam a entender o documento de arquivo como testemunho para os estudos do passado relacionado fundamentalmente com os documentos medievais.

Durante esse período, mais um objetivo é adicionado à atividade de descrever: fornecer acesso aos documentos. Com a abertura dos arquivos ao cidadão, depois da Revolução Francesa, percebe-se que mais pessoas além do criador e de alguns estudiosos acadêmicos, começam a usar o material arquivístico. Logo, faz-se necessário uma adaptação e redirecionamento da atividade de descrição, como destaca Duranti (1993, p. 50)

[...] a descrição vem perdendo progressivamente seus objetivos de prestar contas dos fundos da instituição arquivística, facilitando a recuperação física de documentos e fornecendo acesso à informação. Esses objetivos são agora preenchidos pela compilação de registros de acesso, listas de localização, índices e todos os tipos de instrumentos de recuperação. O principal objetivo de escrever sobre os documentos é destacar as relações contextuais e de proveniência.

Portanto, a partir do século XX, a descrição começa a se preocupar menos com a criação de simples instrumentos de pesquisa e substitutos dos documentos, e passa a focar na relação do documento com seu contexto, trabalhando em paralelo com a classificação. Pode-se dizer, então, que descrever é um processo que permite ao arquivista representar – no sentido mais denotativo do termo - todo o conhecimento que é mantido em seu arquivo.

Para Rodrigues (2003, p. 217) a descrição é uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas. Esta representação vai além do documento, perpassando suas **funções** e seus **órgãos**

produtores. Neste sentido, o princípio de respeito aos fundos exerce, mais uma vez, um papel central no estabelecimento dos níveis que serão descritos.

A compreensão da descrição e classificação enquanto atividades conjuntas possibilita a existência de relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Organização do Conhecimento, possibilitando à primeira novas abordagens teórico metodológicas.

4 Considerações

A Arquivística possui um desenvolvimento teórico recente no que se refere a suas bases conceituais e seu desenvolvimento metodológico. Buscou-se apresentar aspectos integradores da teoria Arquivística, passíveis de relações com a organização do conhecimento visando uma apropriação por parte de ambas as áreas, uma vez que, os arquivos tornam-se um espaço de aplicação de metodologias da organização do conhecimento e a Arquivística ganha um novo espaço para discussão de seus preceito histórico-conceituais.

Ambas as áreas só têm a ganhar com relações desta natureza e estudos como este devem correr com mais frequência e profundidade visando um aumento do aparatos metodológicos neste universo.

Referências

DUCHEIN, M. Theoretical principles and practical problems of respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**, 16 (summer), p. 64-82, 1983.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of Archival Description. **Archivaria**, 35 (Spring), p. 47-54, 1993.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

Hjørland, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**. 35 (2) p. 86-102, 2008.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L.(Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

SABOURIN, P. Constructing a functional-bases records classification system: business activity structure classification system. **Archivaria**, n. 51, p. 137-154, 2001.

SHEPHERD, E. & YEO, G. **Managing records**: a handbook of principles and practice. London: Facet, 2003.